COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE MARÇO DE 2013
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da adoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do etanol brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a adoção de políticas que permitam a retomada da competitividade e da rentabilidade do ETANOL oriundo da cana-de-açúcar. Trata-se de tema de interesse de toda a sociedade e estratégico para o futuro do país.

Para debater o tema, requeiro a presença dos seguintes convidados:

- Senhora Gleisi Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil;

- Senhor Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia;

- **Senhor Nelson Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;

- Senhor José Goldemberg, físico e um dos principais cientistas brasileiros especializados em energia;

- Senhor Sérgio Luiz Leite, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo – Fequimfar;

- Senhor Ismael Perina Júnior, Presidente da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil - ORPLANA.

- Senhora Elizabeth Farina, Diretora-Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – ÚNICA.

JUSTIFICATIVA

O Brasil não pode mais adiar a implantação de uma política sucroenergética. A crescente inserção deste setor econômico no mercado mundial, a recente queda das barreiras ao etanol brasileiro nos Estados Unidos e a perda da competitividade e rentabilidade do produto exigem decisões governamentais urgentes em torno de uma indústria estratégica para o futuro econômico, social e ambiental do país.

Esse importante setor da economia brasileira precisa retomar seu crescimento para garantir a oferta de metade do combustível utilizado por veículos leves no Brasil e metade do açúcar comercializado no mundo – números que somente serão alcançados se, em 10 anos, o setor dobrar a produção brasileira de cana-de-açúcar.

Depois de uma década de investimentos, com crescimento de 10% ao ano, a indústria sucroenergética desacelerou a partir da crise financeira de 2008, com graves problemas climáticos, aumento de custos de produção e, principalmente, perda de competitividade do etanol frente à gasolina.

A competitividade do etanol somente será restabelecida com políticas públicas claras, estáveis, consistentes e que possibilitem um ambiente propício a novos investimentos.

Os benefícios e subsídios concedidos à gasolina afetam a competitividade do etanol hidratado. Mesmo com flutuações no mercado internacional e na taxa de câmbio, o preço da gasolina se mantém estável enquanto o preço do etanol hidratado apresenta volatilidade e uma trajetória de elevação causada pelo aumento de demanda e por fatores sazonais como os períodos de safra e entressafra.

Dentre os impostos e contribuições incidentes sobre a gasolina, a Cide (contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) é a que vem sendo mais utilizada, sobretudo a partir de 2008, como um instrumento no controle do mercado de combustíveis. A Cide encontra-se zerada no preço da gasolina, comparada a 12% na data

de sua criação, em 2002. Hoje, a carga tributária incidente sobre a gasolina é de cerca de 40%, contra 47% em 2002. No caso do etanol, a carga tributária é de 31% na maioria dos Estados brasileiros. No Brasil, os combustíveis mais sujos e ambientalmente indesejáveis tiveram sua carga tributária reduzida ao longo do tempo, ao contrário do que ocorre com todo mundo, que vem privilegiando fontes limpas e renováveis.

Sala das Comissões, _____ de março de 2013

Deputado Arnaldo Jardim
PPS/SP

Etanol: Retomada do Crescimento

Após um ano em que as conversas entre Governo e o Setor Sucroenergético se concentraram na garantia do abastecimento do mercado interno, prejudicado pela quebra de safra, problemas climáticos e dificuldades financeiras das empresas, o momento agora é de estabelecer medidas estruturais e estruturantes para alicerçar um crescimento sustentável e duradouro deste setor estratégico, tanto no aspecto energético, como no econômico e no ambiental.

Inércia governamental

Apesar de o Governo ter anunciado, no final do ano passado, um programa de estocagem e um financiamento para ampliar a produção, pouco saiu do papel.

O Prorenova do BNDES, por exemplo, fez um aporte de R$ 4 bilhões para renovação do canavial, porém, peca pelo excesso de burocracia, com diversas exigências ambientais e barreiras para empresas estrangeiras situadas em terras brasileiras. Devido a esses entraves somente R$ 1,4 bilhão, ou menos de 35% dos R$ 4 bilhões disponíveis foram efetivamente desembolsados. Neste ano o programa foi relançado com prazos de amortização considerados satisfatórios, porém a taxa de juros de 8% a 10% ao ano (incluindo todos os custos e spread bancários) é muito cara quando comparada a outras linhas de crédito.

Ou seja, o Governo anuncia, propaga e pouco realiza. De concreto, houve a redução do teor da mistura de etanol na gasolina, uma medida simplória diante da complexidade dos problemas enfrentados pelo setor sucroenergético. A mistura em certas condições deve ser reduzida, como houve no ano passado para garantir a disponibilidade do produto em um momento de escassez. Minha crítica é no sentido de que a velocidade da redução deve ser igual ao do aumento da mistura. Em 2012, por exemplo, tivemos uma grande disponibilidade de etanol anidro, muito dele importado pelos produtores para garantir o abastecimento do mercado interno. Neste sentido, a volta da mistura deveria ter acontecido, por questões ambientais e econômicas e no momento decisivo da contratação de etanol anidro, onde as empresas definiram seu planejamento de safra, motivadas pelo cumprimento da resolução nº 67 da ANP (Agencia Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Reconhecimento ambiental

Na Medida Provisória nº 556, que perdeu eficácia, cheguei a apresentar duas emendas para regular os preços dos biocombustíveis vis a vis os preços dos derivados de petróleo, mas como instrumento para aumentar a competitividade dos primeiros (etanol, biodiesel, entre outros), no sentido de incorporar as suas "externalidades" positivas no sistema de preços (que por definição, não são internalizadas no preço de venda para o consumidor final). Afinal, são notórios os benefícios do uso de biocombustíveis no lugar dos derivados fósseis.

O etanol de cana de açúcar, por exemplo, reduz em até 90% as emissões de gases efeito estufa quando comparado às emissões da gasolina. Essa qualidade, inclusive, lhe conferiu a classificação de combustível avançado pela EPA (Agência Ambiental Americana). Estudos recentes apontam que o uso do etanol reduz gastos públicos em redução de emissões de gases causadores do efeito estufa da ordem de 0,20 centavos de dólar por litro de gasolina substituído por etanol, sem contar os ganhos com saúde

pública, com redução de internações e mortes por exposição à poluição urbana. Pode parecer pouco, mas se levarmos em conta o consumo americano beira os 60 bilhões de litros de combustível/ano, podemos ter uma idéia do volume de recursos poupados pelo uso de biocombustíveis.

Este seria o primeiro passo para evitar a comparação de desiguais, pois mesmo com fortes oscilações na cotação do barril de petróleo, o preço da gasolina na refinaria, com impostos, não sofre alterações desde 2005, enquanto os custos de produção de etanol aumentaram cerca de 40%. Portanto, o processo de formação de preços dos combustíveis é radicalmente diferente!

Tributação injusta

Em janeiro de 2002, a participação dos impostos sobre o preço da gasolina na bomba era de 47%, percentual que foi caindo ao longo dos anos para os atuais 35%. No mesmo período, a Cide, que compõe o valor de bomba da gasolina, declinou de 14% para 2,6% em outubro de 2011 do preço de venda ao consumidor. Em contrapartida, os tributos embutidos no preço do etanol estão, hoje, em 31% (média Brasil, exceto o Estado de São Paulo), o que coloca em xeque a sua competitividade. Em suma, não há nenhum tipo reconhecimento sobre os impactos positivos do etanol sobre a economia, a saúde pública, a qualidade do ar, a geração de empregos e de divisas para o País.

Há tempos também defendo a unificação da alíquota de ICMS do hidratado, a exemplo do que fez o Estado de São Paulo que reduziu a alíquota de 25% para 12% o que aumentou a arrecadação, reduziu as fraudes e trouxe o mercado para formalidade e outros estados, embora timidamente, também criaram uma alíquota diferenciada entre os produtos, como o Paraná, Goiás, Minas Gerais.

Além da formação de preços e medidas de incentivo tributário, precisamos de políticas públicas capazes de garantir a estabilidade, previsibilidade e o planejamento para os biocombustíveis. Isso só será possível com uma Política de Estado, clara e perene, para assegurar um crescimento sustentável da produção do "*combustível do futuro*".

Movimento Mais Etanol

No inicio de dezembro, foi lançado em Brasília o Movimento Mais Etanol. O objetivo é consolidar políticas públicas e privadas necessárias para que em dez anos dobrarmos a produção brasileira de cana de açúcar. Passando das atuais 555 milhões para 1,2 bilhão de toneladas de cana de açúcar em 2020, que produzirão 51 milhões de toneladas de açúcar, 69 bilhões de litros de etanol e 13 mil MW médios de bioeletricidade.

Nas projeções para o período, o PIB atual do setor que é de US$ 48 bilhões passaria para US$ 90 bilhões; as exportações de US$ 15 bilhões para US$ 26 bilhões; o setor que emprega diretamente 1,2 milhão criaria mais 350 mil vagas diretas e 700 mil empregos indiretos, além de requalificar entre 20 a 25 mil trabalhadores por ano; além de um volume de investimento que deve totalizar R$ 156 bilhões, destes R$ 110 bilhões para a área industrial e outros R$ 46 bilhões para a área agrícola, fortalecendo a indústria nacional.

Entre as medidas apresentadas, destaco:

- Definirmos as linhas de financiamento específicas para a construção de novas usinas;

- Ampliarmos do uso da bioletricidade pelo seu aspecto complementar a hidroeletricidade, mas que vem esbarrando nos preços baixos ofertados pelos leilões de energia nova e problemas na definição de responsabilidades em relação à conexão;

- No transporte e logística é fundamental fortalecermos as Parcerias Público Privadas e agilizarmos os modelos de concessão para investirmos na ampliação dos chamados "alcooldutos";

- Ampliarmos os contratos futuros por meio de uma regulamentação indutora destes pela ANP;

- Buscarmos a vanguarda em pesquisa e tecnologia para desenvolver novas variedades e ampliarmos a produtividade por hectare, além de avançarmos na pesquisa rumo ao etanol celulósico. Para tanto defendemos o estabelecimento de uma Embrapa da Cana, órgão público criado para atender produtores de todas as regiões do país e o fortalecimento do setor Cana do IAC – São Paulo.

Referência nos biocombustíveis

Sob os ombros dessa Política de Estado, clara e perene, juntamente com o compromisso do setor sucroenergético reside à responsabilidade de preservarmos "*a fabulosa história do etanol, construída nos últimos 35 anos*", por meio da produção, uso e pesquisa de biocombustíveis. O governo precisa arregaçar as mangas para retomarmos a nossa capacidade de investimentos na ampliação da produção de etanol. Essa é uma política importante de desenvolvimento sustentável e mantém o Brasil como uma referência mundial no combate às emissões de gases de efeito estufa.

Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) – membro da Comissão de Minas e Energia